

Ministério para a habitação

Mais do que nunca, a economia brasileira necessita produzir para gerar empregos e aumentar as reservas internas, verdadeira obsessão do Plano Real, desestruturado pela fuga do capital especulativo e volátil internacional do país, fato permissível e comum na nova economia globalizada, que por sua vez encontra-se fragilizada pela falência do sistema monetário internacional e conseqüente crise mundial.

Diante dessa realidade, nada mais estratégico ao Brasil ou a qualquer país emergente do que adotar alternativas que desenvolvam a economia de forma sustentada e dinâmica, mediante caminhos que sejam naturais, menos tortuosos e que não dependam estritamente da política econômica ou de recursos estrangeiros, situação que nos beneficia, já que temos um mercado de dimensão ímpar, extremamente atrativo, competitivo e em evidência na economia moderna.

No entanto, a equipe econômica precisa parar de elaborar planos que traçam metas forçando o mercado a poupar primeiro para depois produzir, sendo que a lógica é inversa. Ora, é necessário que a poupança seja o resultado da produção e jamais o contrário, porque somente aquele que tem capital pode dispendar reservas, sob pena de ocorrer especulação pela patente fragilidade.

A produção e a conseqüente empregabilidade serão fatores, primordiais para a sustentação da economia brasileira, os quais decorrerão por intermédio de dois importantes setores: exportação, como medida de equilíbrio da balança comercial, e habitação

onal, que é a grande alternativa interna de fortalecer e dinamizar o mercado brasileiro, cuja essencialidade passou a ser questão de sobrevivência.

A curto prazo, não existe outro setor com capacidade de trazer tanto desenvolvimento e benefícios à economia brasileira, que não o habitacional, pois além de pretender atenuar a crível defasagem de mais de 10 milhões de moradias no país, urbanas e rurais, cinge-se que é uma grande força propulsora natural de mercado, com abrangência em todos os setores econômicos, gerando milhares de empregos, diretos e indiretos, bem como, trata-se de elemento transformador de outras infra-estruturas básicas, como saneamento, transporte, eletrificação, etc.

A criação de um ministério ou de uma secretaria especializada no gerenciamento da habitação e da política urbana é essencial, e condiz com o momento, pois certamente impulsionará um setor que se encontra estagnado desde a implantação do SFH, em 1.964, este sinônimo de má-gestão e ineficácia, elaborado para não funcionar numa economia que ultrapassasse a inflação de 40% ao ano, razão que responde o rombo de mais de 75 bilhões causado pelo FCVS, o qual os bancos mutuantes do SFH, há muito tempo, já trocaram por Títulos da Dívida Pública para utilizar nas recentes privatizações.

do o Conselho de Segurança da ONU. A China apóia a re- inocentes serão ceifadas até lá...

nal brasileiro é enorme e os números do SFH são ridículos, demonstram que a falência do setor faz crescer, à cada ano, a defasagem de moradias, que pelo fato da demanda dos trabalhadores ser superior à burocracia e às arbitrárias exigências do sistema vigente, propicia o surgimento maciço de favelas e a marginalização precoce dos indivíduos, aumentando a violência e encarecendo a responsabilidade do Estado.

Portanto, a reforma do SFH é condição basilar para o sucesso da nova

política habitacional a ser implementada pelo Governo Federal, sendo imperativo a readequação urgente do sistema como um todo, caso contrário, as metas

não serão atingidas pela simples falta de confiança e de credibilidade nos atuais programas de habitação, que se desvirtuaram por completo de sua filosofia social e da garantia fundamental do cidadão.

Vale destacar algumas concepções e reformas necessárias à nova política do setor habitacional:

- privatização imediata dos programas habitacionais vigentes e do seu órgão gestor, a Caixa Econômica Federal;

- conceder à iniciativa privada a operacionalização e a gestão do sistema habitacional, incumbindo ao governo federal apenas implantar disposições e regras basilares;

gramas de longo prazo;

- projetar planos especiais de moradia à classe de baixa renda;

- criar instrumentos de captação de recursos internos e externos, retirando do FGTS e poupança, a responsabilidade de serem as únicas fontes de recursos da habitação;

- elaborar projetos de desenvolvimento urbanos e rurais, com ênfase à infra-estrutura básica;

- incrementar condições às empresas de securitização, como isenções e benefícios que estimulem a facilidade de compras e participações.

O governo federal vem demonstrando preocupação com o setor, tanto é que por diversas vezes defendeu uma política habitacional mais eficiente e pragmática, onde vislumbra que seus benefícios não se limitarão tão-somente ao aspecto social, que necessita ser atenuado no país, mas atingirá a questão do desemprego e da produtividade, que é o grande desafio da nova gestão governamental.

Portanto, este é o momento para a criação de um ministério, secretaria ou órgão direcionado ao desenvolvimento do setor habitacional, nos mesmos moldes que originou a Camex, porque a realidade brasileira exige e a demanda representada pelo crível déficit está tornando a situação insuportável, certo que, a habitação não se trata de um problema, mas, felizmente, surge como a grande solução.

**Orlando Anzoategui Jr.,
advogado, presidente
da Associação
Habitacional Brasileira.**

Este é o momento para a criação de um ministério, secretaria ou órgão direcionado ao desenvolvimento do setor habitacional